


Contribuições da etnopsicologia e da perspectiva afrocentrada para o campo do aconselhamento multicultural

Contributions of ethnopsychology and the Afrocentric perspective to the field of multicultural counseling

Fabio Scorsolini-Comin ^[a] 
Ribeirão Preto, SP, Brasil
^[a] Universidade de São Paulo (USP)

Como citar: SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Contribuições da etnopsicologia e da perspectiva afrocentrada para o campo do aconselhamento multicultural. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 16, n. 01, p. 157-169, jan./abr. 2024. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.16.001.AO02>.

Resumo

O aconselhamento multicultural comprometido com um fazer decolonial tem representado um desafio em diferentes partes do mundo, sobretudo tendo em vista que a ruptura com os saberes hegemônicos é um processo histórico e complexo. Este estudo teórico tem como objetivo refletir sobre a necessidade de o aconselhamento multicultural e outras perspectivas, a exemplo da etnopsicologia, dialogarem com esses saberes tradicionais, possibilitando a construção de um cuidado afrocentrado ou afro-referenciado capaz de reorientar um fazer profissional ainda sustentado em modelos biomédicos e branco-centrados no que tange à escuta clínica. São apresentadas reflexões sobre casos atendidos no contexto de um serviço de apoio psicológico construído para atendimento a uma comunidade frequentadora de um terreiro de umbanda em uma cidade de médio porte localizada no interior do estado de São Paulo, Brasil. Recusarmo-nos a um olhar euro-americano para a clínica emergente nesse contexto é uma forma de combatermos o

^[a] Doutor em Psicologia e em Educação pela Universidade de São Paulo, e-mail: fabio.scorsolini@usp.br

olhar do colonizador, que é opressor e que aprisiona as liberdades identitárias, individuais e coletivas. Assim, na clínica etnopsicológica, todo relato individual deve estar comprometido com a escuta de uma coletividade e de uma ancestralidade, a fim de que a pessoa não seja submetida a um processo de culpabilização por suas condições psíquicas, mas que essa subjetividade possa ser apreendida dentro de um panorama coletivo e cultural que também se corporifica na história desse sujeito.

Palavras-chave: Aconselhamento. Aconselhamento multicultural. Etnopsicologia.

Abstract

Multicultural counseling committed to a decolonial approach has posed a challenge in various parts of the world, particularly considering that breaking away from hegemonic knowledge is a historical and complex process. This theoretical study aims to reflect on the need for multicultural counseling and other perspectives, such as ethnopsychology, to engage with these traditional knowledges, enabling the construction of Afrocentric or Afro-referenced care capable of reorienting a professional practice still grounded in biomedical and white-centered models regarding clinical listening. Reflections on cases attended within the context of a psychological support service designed to assist a community associated with an Umbanda religious community in a medium-sized city located in the interior of the state of São Paulo, Brazil, are presented. Rejecting a Euro-American perspective in the emerging clinical context in this setting is a way to combat the gaze of the colonizer, which is oppressive and constrains identity, individual, and collective freedoms. Thus, in ethnopsychological clinical practice, every individual account must be committed to listening to a collectivity and ancestry, so that the person is not subjected to a process of blame for their psychological conditions, but rather that this subjectivity can be understood within a collective and cultural panorama that is also embodied in the history of this individual.

Keywords: Counseling. Multicultural counseling. Ethnopsychology.

Introdução

Embora tenhamos, cada vez mais, afirmado a existência de diferentes psicologias, no plural, é importante considerar que, por mais de um século, a chamada Psicologia científica esteve pouco comprometida com essa diversidade, anunciando-se como uma Psicologia bastante individualizada e comprometida com valores circunscritos a cenários como o dos Estados Unidos e da Europa, representando, em grande monta, os anseios de sujeitos psicológicos datados e marcados pela branquitude, pelo individualismo, pela supremacia do gênero masculino e pela religiosidade judaico-cristã, reforçando o que, contemporaneamente, tem sido nomeado no espectro de ação do colonizador. Esse saber hegemônico e de mais-saber, ao longo do tempo, tem possibilitado que uma descrição muito estreita do que vem a ser a Psicologia possa circular nos meios acadêmicos e nas diversas intervenções realizadas sob a égide dessa ciência.

Podemos afirmar, desse modo, que muito do que pautamos como sendo da ordem do psicológico é, na verdade, de uma ciência psicológica específica, alinhada a pressupostos que têm orientado, também, o modo como a Psicologia tem sido ensinada, transmitida e, nesse sentido, repercutido nos mais diversos cenários de cuidado nos quais o profissional de Psicologia pode se fazer presente. Quando analisamos as estruturas dos cursos de Psicologia em nosso país, por exemplo, um espaço bem tímido é conferido a teorias que não se alinhem aos saberes americano e eurocentrados da ciência psicológica, sendo que poucos autores ou referenciais fogem a esse eixo. Nos últimos anos, de modo mais sistematizado, esses lugares vêm sendo questionados, permitindo a emergência de outros saberes, de novas epistemologias e de autores silenciados diante de uma Psicologia hegemônica (Pavón-Cuéllar, 2021).

No campo do aconselhamento psicológico, de origem norte-americana, tem-se ampliado a discussão sobre a necessidade de um fazer psicológico alinhado com as características e as necessidades dos diferentes sujeitos em busca de cuidado, com destaque para os elementos sociais, culturais e comunitários, por exemplo, quando analisamos o cenário da América Latina (Souza; Scorsolini-Comin, 2022). Isso significa que, mesmo em uma área bastante tradicional das ciências psicológicas, como é o caso do aconselhamento, diversos questionamentos têm mobilizado processos de revisão acerca de protocolos, recomendações e estratégias que contribuíram para a solidificação desse campo ao longo do tempo. É assim que emerge o chamado aconselhamento multicultural no contexto norte-americano (Lebeauf; Smaby; Maddux, 2009), sobretudo em um contexto marcado pela forte presença de imigrantes que demandaria, entre outros, a necessidade de compreender as demandas psicológicas por meio dos relatos desses sujeitos e não balizando a escuta em pressupostos, em impressões e representações sociais distanciados que, em grande parte, reforçam estereótipos, preconceitos e produzem um fazer clínico descontextualizado e a serviço de forças que, historicamente, podem ser associadas ao colonizador.

No entanto, nem sempre esse chamado aconselhamento multicultural se posiciona no sentido de romper com paradigmas que orientam um fazer clínico tido como despolitizado e apartado de uma implicação social, cultural e política requerido pelas ciências psicológicas em nosso contexto atual. O que se compreende como multicultural, muitas vezes, pode apenas reforçar estereótipos e representações, em um campo próximo da fetichização do colonizado, não compondo, de fato, estratégias que visam à desestabilização de um sistema dominado pelo colonizador. É nesse sentido que se tem advogado pela emergência de um aconselhamento não apenas multicultural e diverso, mas também decolonial, que faça ranger as estruturas que, historicamente, têm legitimado uma determinada descrição, nem sempre plural, do campo do aconselhamento psicológico.

O aconselhamento multicultural (Lebeauf; Smaby; Maddux, 2009; Scorsolini-Comin, 2015) tem sido cada vez mais discutido na contemporaneidade, sobretudo diante da necessidade de produção de conhecimentos que sustentem uma prática psicológica decolonial capaz de reconhecer necessidades, ancestralidades e potencialidades que ultrapassam os saberes hegemônicos que tanto atravessaram o fazer psicológico desde o reconhecimento da Psicologia como ciência ao final do século XIX. O compromisso com uma atuação não-hegemônica, no entanto, nem sempre tem promovido a emergência de práticas eminentemente decoloniais, mas formas de pensar a clínica que têm considerado o contexto de referência do sujeito ainda de modo tangencial, oferecendo um contorno, uma borda na qual se estrutura o seu psiquismo.

O que tensionamos, aqui, é que a mera consideração do contexto não configura, de fato, uma atenção que se sustenta em uma perspectiva decolonial capaz de promover rupturas e, efetivamente, uma escuta para as etnoteorias, para os territórios e ancestralidades. Muitas vezes, a menção ao contexto, por exemplo, emerge apenas como uma forma de descrever o sujeito sobre o qual se debruça o nosso fazer, em uma dimensão meramente descritiva e ilustrativa, sem um movimento de, efetivamente, trabalhar pela valorização desse cenário e pela ruptura com as assimetrias, com as opressões e com um universo de exploração e de assujeitamento. Assim, nem todo cotejamento do contexto no fazer clínico está comprometido, de fato, com a produção de uma prática decolonial. “Escutar” o contexto, portanto, ultrapassa a consideração de uma escuta sensorial capaz de apreender o que se revela ou o que pode ser descrito quando avistamos uma realidade nova ao nosso olhar ou um ruído ainda não reconhecido pelos nossos ouvidos: envolve uma mudança no modo como se concebe a prática de escuta desse sujeito, não mais cristalizado, mas forjado em meio a um contexto movediço e em permanente transformação (Scorsolini-Comin, 2023a).

Para tanto, neste estudo, recorreremos à etnopsicologia e às perspectivas afrocentradas para pensar o cuidado psicológico que possa contribuir com a construção de um aconselhamento multicultural, de fato, decolonial. Este referencial foi empregado por, justamente, permitir endereçamentos que, historicamente, não têm sido cotejados na formação profissional e, conseqüentemente, no fazer clínico. No entanto, há que se considerar que as perspectivas aqui evocadas não são as únicas alinhadas ao que vem sendo discutido no paradigma decolonial, podendo diferentes autores e autoras serem convocados para incursões futuras sobre a temática em tela.

Frente a essas considerações, este estudo, de natureza teórica, tem como objetivo refletir sobre a necessidade de o aconselhamento multicultural e outras perspectivas, a exemplo da etnopsicologia, dialogarem com esses saberes tradicionais, possibilitando a construção de um cuidado afrocentrado ou afro-referenciado capaz de reorientar um fazer profissional ainda sustentado em modelos biomédicos e branco-centrados no que tange à escuta clínica (Gaia; Scorsolini-Comin, 2020). Em termos metodológicos, para exemplificar esses pontos aqui tensionados e instaurar novas reflexões, serão retomados alguns casos clínicos atendidos por Scorsolini-Comin (2023b) no contexto de um serviço de apoio psicológico construído para atendimento a uma comunidade frequentadora de um terreiro de umbanda em uma cidade de médio porte localizada no interior do estado de São Paulo, Brasil. Essas vinhetas clínicas serão discutidas com o apoio do arcabouço etnopsicológico, visando ao cotejamento de um olhar que pode atravessar o fazer clínico e a experiência formativa diante desse referencial.

O aconselhamento multicultural comprometido com um fazer decolonial tem representado um desafio em diferentes partes do mundo, sobretudo tendo em vista que a ruptura com os saberes hegemônicos é um processo histórico, complexo e que tende a promover instabilidades e desequilíbrios em estruturas que, até então, orientaram não apenas a prática psicológica, mas também a formação

desses profissionais nas universidades (Souza; Scorsolini-Comin, 2022). No contexto brasileiro, por exemplo, em que o reconhecimento da categoria do profissional de Psicologia completou, em 2022, 60 anos, as reflexões sustentadas em pressupostos decoloniais ainda são escassas no contexto clínico, ainda que a produção científica nesse campo venha sendo ampliada (Pavón-Cuéllar, 2021; Sevalho; Dias, Dias, 2022). Diante desse panorama, este ensaio teórico pretende contribuir com tais reflexões, sustentando uma possibilidade de revisitação do fazer clínico mobilizada pela experiência aqui compartilhada.

Por uma clínica etnopsicológica

Uma das formas de ruptura com esses saberes hegemônicos é a chamada clínica etnopsicológica, campo que se ancora em perspectivas da Psicologia, da Antropologia e das etnoteorias corporificadas pelo sujeito na linha de cuidado. Antes de conceituarmos o fazer clínico que toma como referência a etnopsicologia, precisamos apresentar, de fato, o que vem a ser a etnopsicologia. A etnopsicologia, que possui entre seus precursores o psicanalista, psiquiatra e etnólogo húngaro George Devereux (1908-1985), envolve a compreensão dos fenômenos humanos segundo uma perspectiva pluridisciplinar (não interdisciplinar) e complementarista. Nessa perspectiva, como asseveram Domingues e Binkowski (2023, p. 19), esses fenômenos podem ser compreendidos por meio de uma análise do exterior (da cultura) pela antropologia e do interior (psiquismo) pela psicanálise, “respeitando a complexidade dos fenômenos humanos e sua irreducibilidade ou mesmo à supremacia de qualquer visada epistemológica”.

No esteio dessa tradição pluridisciplinar, a clínica etnopsicológica envolve a construção de uma escuta que se sustenta no modo como o sujeito, imerso em uma dada realidade socioeconômica e cultural, produz inteligibilidades sobre a sua vida, sobre o seu sofrimento e sobre o que pode promover a saúde (Scorsolini-Comin, 2023b), de modo que esse cenário possa não apenas ser escutado, como acolhido e ser produtor de significações. Essas explicações, aqui chamadas de etnoteorias, são de fundamental importância, haja vista que orientam comportamentos, reflexões e o próprio modo como o cuidado e a saúde mental, por exemplo, são percebidos e considerados pelo sujeito. O modo como as etnoteorias têm sido empregadas na compreensão dos processos de saúde-doença-cuidado têm sido endereçados, no contexto latino-americano, pela literatura no campo da etnopsicologia (Bairrão, 2005; Macedo, 2015; Ribeiro, 2016; Scorsolini-Comin, 2015).

Esse modo de escutar o outro envolve a radical consideração de que o sujeito que se apresenta em um atendimento psicológico, por exemplo, não apenas é parte de um contexto, o que também é cotejado no amplo leque das abordagens ditas psicossociais, mas que esse contexto em que vive produz determinadas formas de ser, de pertencer e de corporificar que não podem ser apartados quando nos dispomos a escutá-lo. Esse contexto também não se resume às condições transitórias nas quais os sujeitos estão imersos, mas a elementos que atravessam a sua vida, a vida das pessoas com quem convive, da sua comunidade, em uma perspectiva capaz de contemplar a historicidade dessas relações e a ancestralidade desses sujeitos em interação.

Passemos a um exemplo de como a clínica etnopsicológica pode ser estruturada de modo a se integrar às noções de território e de comunidade. Em estudo realizado em um terreiro de umbanda, Scorsolini-Comin (2023b) desenvolveu uma escuta etnopsicológica junto à comunidade frequentadora desse espaço religioso, oferecendo atendimentos psicológicos que se sustentavam na consideração desse cenário de referência e de pertencimento. Desse modo, todo o universo sagrado e de socialização vivenciado na comunidade religiosa era escutado para a composição de uma inteligibilidade acerca daquele/a que buscava ajuda. Mas, ao contrário de abordagens que compreendem esses elementos

contextuais como um “plano de fundo”, as intervenções desenvolvidas por Scorsolini-Comin (2023b) consideravam como esses aspectos corporificavam-se no sujeito, permitindo a emergência de sentidos sobre o cuidado em saúde mental, sobre o pertencimento àquela comunidade, sobre noções de saúde, de doença, de normalidade e de demanda pela assistência em saúde.

O serviço de apoio psicológico foi construído dentro do espaço do terreiro, em um cômodo cedido para essa finalidade. Os atendimentos individuais ocorriam uma vez por semana, de modo agendado. Eram elegíveis para esses atendimentos todos os frequentadores do terreiro, incluindo médiuns, consulentes, familiares e moradores da comunidade, localizada em um bairro periférico de uma cidade de médio porte. O psicoterapeuta responsável pelos atendimentos era pesquisador da área de Psicologia Clínica, com estudos sobre comunidades de terreiro. Os atendimentos psicológicos eram gratuitos e a divulgação do serviço ocorria pelos membros da comunidade, além do pai de santo, que costumava receber, cotidianamente, pessoas em busca de orientação e de cuidado, sendo este um importante ator na consolidação do projeto (Scorsolini-Comin, 2023a).

Em termos teóricos, o referencial adotado nesses atendimentos se sustentava na etnopsicologia em diálogo com a abordagem centrada na pessoa (Rogers, 2005). Há que se considerar que a etnopsicologia se coloca como uma etnociência que pode estabelecer diálogos com diferentes epistemologias, sendo a centrada na pessoa a operada na presente experiência, sobretudo em termos das condições facilitadoras: autenticidade/congruência, consideração positiva incondicional pelo outro e empatia. Ainda que a abordagem centrada na pessoa tenha sido forjada no contexto norte-americano e represente um conhecimento científico já bastante presente na formação em Psicologia, há que se recuperar que os diálogos estabelecidos com a etnopsicologia, na presente experiência, contribuíram para a construção de um espaço de escuta que, a todo o momento, reconheceu o sujeito em sofrimento como capaz de construir inteligibilidades sobre o seu quadro, sobre a integração das ancestralidades, religiosidades e espiritualidades, em busca de um acolhimento e de um bem-estar amalgamados às etnoteorias produzidas nesse espaço de cuidado, ao mesmo tempo formal (pelos atendimentos psicológicos) e popular (pelo fato de se tratar, também, de um terreiro). A integração dessa abordagem à etnopsicologia, portanto, produziu novas formas de escutar esse sujeito e de permitir a sua expressão, alinhando-se a um fazer decolonial.

Um dos aspectos importantes, nesse caso em tela, refere-se à necessidade de reconhecer que a escuta psicológica não se dava apenas em um espaço habitado pela comunidade, mas em um local em que uma determinada religiosidade, de matriz africana, era corporificada. Assim, é mister considerar que, para além do *setting* construído para os atendimentos individuais no terreiro, o próprio espaço do terreiro tinha que ser compreendido em sua narrativa de cuidado, como espaço popular de saúde, buscado por muitas pessoas em sofrimento. Isso envolve considerar que a escuta, em hipótese alguma, poderia desconsiderar esse universo de referência, o que poderia transformar-se em um fazer hegemônico e positivista construído em um espaço de resistência. No entanto, a experiência configurou-se, de fato, em uma proposta de atendimento engajada no debate decolonial, explorando o diálogo e o pertencimento daquele serviço a um espaço de cuidado dentro de uma comunidade. Isso se dava, entre outros, nas constantes referências, durante os atendimentos psicológicos, aos atendimentos mediúnicos realizados no terreiro e ao panteão umbandista, pressupondo a porosidade entre essas duas escutas, e não a fragmentação dessas formas de cuidado diante de um sujeito único em sofrimento (Scorsolini-Comin, 2015).

Por uma clínica afrocentrada

Embora o estudo de Scorsolini-Comin (2023b) não tenha se construído adotando como norte uma concepção afrocentrada de conhecimento científico, há que se considerar os muitos pontos de encontro dessa discussão com o que vem sendo nomeado como a Psicologia Africana ou Psicologia Afrocentrada (Nogueira; Guzzo, 2016). Tais denominações têm promovido, como efeito, diversas tensões no campo do aconselhamento multicultural, como discutiremos a seguir.

A concepção africana de pessoa envolve a integração de três dimensões, a física, a mental e a espiritual (Mbiti, 1970; Nobles, 2009). Segundo Akbar (2004), a pesquisa etnográfica pode contribuir para a permanente construção do paradigma africano. Assim, pode-se alinhar o presente estudo de campo, no terreiro e na clínica corporificada neste contexto, como um delineamento próximo a esse pensamento, de modo que o percurso metodológico aqui descrito faz referência a essa integração tanto no modo de conceber a pessoa que busca a escuta como a forma como essa escuta é, de fato, realizada, integrando essas dimensões e se recusando a uma análise essencialmente individualista e fragmentada, mas justamente atenta à comunidade e à coletividade.

Segundo Nobles (2009), trata-se de reconhecer a própria humanidade para, então, reconhecer a humanidade do outro. Assim, esses modelos convergem no sentido de propor uma visão de mundo integrada, o que nos habilita a considerar que parece haver um diálogo muito próximo entre a etnopsicologia, a abordagem centrada na pessoa e o modelo afro-americano, resguardadas as suas especificidades, históricos e empregos. Para Akbar (2004), o modelo afro-americano pressupõe como base a liberdade para se realizar espiritualmente, para viver sem opressões, para cooperar com suas coletividades, desde que respeitada a humanidade de cada um, para desenvolver conhecimentos sobre suas identidades individuais e coletivas e para desenvolver a dignidade humana.

Em termos da composição de uma Psicologia Afrocentrada ou Psicologia Africana, Nogueira (2019) afirma que o modelo afro-americano possui uma visão de mundo e de pessoa baseadas em uma perspectiva humanista e holística. Essa perspectiva, em nossa leitura, aproxima-se, em alguma medida, da abordagem centrada na pessoa, desenvolvida pelo também norte-americano Carl Rogers, sobretudo na segunda metade do século XX. Esse modelo pressupõe uma integração entre os diferentes componentes humanos, buscando relações harmoniosas ou, empregando os próprios termos da abordagem, congruentes (Rogers, 2005).

O modelo de liberdade sumarizado na tese de Nogueira (2019) se aproxima dos pressupostos humanistas rogerianos abordados no estudo de Scorsolini-Comin (2023b). Em termos metodológicos, ainda tomando por base o pensamento de Akbar (2004), o estudo de Scorsolini-Comin (2023b) também cumpre os pressupostos do modelo afro-americano justamente pelo fato de ter sido desenvolvido dentro do contexto umbandista, de matriz africana.

Pensando em uma Psicologia Africana, alguns elementos explorados por Scorsolini-Comin (2023b) dialogam com esse campo. A noção de unidade, que destaca que tudo o que existe está interligado, como a pessoa, a natureza, a comunidade, a sua dimensão espiritual e o próprio universo (Nogueira, 2019) pode ser apreendida, em alguma medida, dentro do conceito de pessoa explorado também por Rogers (2005). No entanto, para que não incorramos em equívocos epistemológicos, é importante retomar que a noção de pessoa proposta por Rogers, embora integrativa, não se assenta no modo como a noção de pessoa foi forjada nos diferentes territórios africanos e nas religiões de base africana. Ainda assim, são perspectivas que partem de uma noção de integração e de integralidade, respeitadas as origens de cada

uma dessas noções e suas ressonâncias nos modos de vida, de organização da sociedade e de construção da cultura de cada povo.

Em que pesem as aproximações dessa Psicologia ao modelo humanista (ou, melhor dizendo, do modelo humanista a esse pensamento africano, ancestral e tradicional), há que se recuperar que ao tratamos da pessoa na abordagem humanista estamos pressupondo uma integração, sendo a pessoa um organismo total. A sua narrativa de vida não diz respeito a uma integração intrapsíquica exclusivamente, mas trazendo à baila o seu diálogo com essas outras dimensões. Obviamente que não se trata de dizer que a perspectiva de Rogers é equivalente à Psicologia africana, mas assinalar pontos de encontro.

A cosmologia africana (Nobles, 2009) também emerge no conceito de tempo explorado em um dos casos recuperados por Scorsolini-Comin (2023b). Uma das clientes atendidas nessa experiência, frequentadora do terreiro no qual aconteciam os atendimentos psicológicos, recorria às consultas mediúnicas e buscava interpretar as mensagens que recebia durante o contato com entidades espirituais quando estava em psicoterapia. Em outras palavras, os assuntos discutidos nas consultas mediúnicas frequentemente eram retomados no espaço psicoterápico, também em uma tentativa de produzir, junto ao psicoterapeuta, inteligibilidades por meio das metáforas empregadas nas consultas com as entidades espirituais.

Em um dos atendimentos psicoterápicos, a cliente mencionou uma passagem na qual uma entidade havia informado que determinado evento pelo qual ela ansiava ocorreria depois de “duas luas”. Essa metáfora da lua refere-se a uma contagem de tempo, à passagem pelas diferentes fases da lua. Na interpretação segundo as etnoteorias circulantes naquele espaço sagrado, uma “lua grande” referia-se ao ciclo das quatro fases da lua, totalizando um mês.

O tempo, dentro dessa cosmologia, só seria contado por meio de fenômenos, de eventos – como podemos notar na menção da entidade referida pela cliente às duas “luas grandes”, ou seja, dois meses. Assim, esse tempo – ou essas luas, deveriam estar cravados na experiência vivida pela pessoa. Não se trata, portanto, de contar ou mensurar o tempo, ou mesmo de saber “interpretar” o que significa uma lua em termos de uma correspondência considerada lógica dentro do modelo ocidental, mas de refletir sobre o vivido possibilitado por fenômenos que se apresentam na passagem do tempo e, sobretudo, em seu aspecto cíclico, de renovação. As luas, ao se repetirem, mostrariam à pessoa a permanência de determinadas coisas – no caso, da cliente, as luas mostrariam também que seu sonho poderia ser renovado na espera marcada por fenômenos externos, que estavam além do seu desejo ou do seu psiquismo, mas que se cravavam na sua experiência. Nessa lógica, esse mundo externo, da natureza e do universo, habitaria a cliente, retomando a cosmologia africana da unidade mencionada anteriormente. Nos atendimentos psicológicos, esses termos circulam a todo o momento, não se tratando apenas da necessidade de decodificar esses códigos, como nos recomenda o aconselhamento multicultural, mas de permitir que essas metáforas preencham o espaço, que sejam refletidas pelo sujeito em sofrimento, que possam dialogar com a sua experiência de vida tomando como referência o contexto do terreiro, das etnoteorias presentes nesse espaço, da sabedoria das tradições religiosas de matriz africana, a exemplo da umbanda. Para tanto, obviamente, há que se produzir uma escuta capaz de permitir a circulação desses sentidos.

Um dos caminhos trazidos por Akbar (2004) para que a pesquisa realizada em uma perspectiva afrocentrada possa ter impactos na sociedade é compartilhar seus resultados em busca de solução para problemas enfrentados pela comunidade de referência. Nessa perspectiva, consideramos que a presente experiência realizada em um terreiro de umbanda também cumpre esse requisito, haja vista as reflexões que nortearam a construção de um cuidado por meio dos saberes nativos e respeitando as ancestralidades trazidas por seus clientes (e, em expansão, pelos consulentes do terreiro, também em busca de ajuda e orientação). A própria solidificação do que temos nomeado como clínica etnopsicológica

parece ser uma resposta concreta aos desafios que, muitas vezes, essa população encontra ao se deparar com o cuidado oferecido nos equipamentos formais de saúde que, frequentemente, desconsideram seu pertencimento identitário, suas ancestralidades, religiosidades e espiritualidades, bem como seu universo sógnico.

Nogueira (2019) defende a construção de uma Psicologia afrocentrada que possa substituir a Psicologia colonizadora euro-americana tradicional e branca que tem composto a maior parte do conhecimento científico ao qual temos acesso em nossa formação na graduação e na pós-graduação. Essa ruptura caminha no sentido, ainda, de que uma perspectiva afrocentrada compatível com os estudos na realidade afro-brasileira. No entanto, a nomeação de uma Psicologia Africana ou afrocentrada ainda deve ser bastante discutida, pesando, sobre isso, o risco de promover mais fragmentações que a chamada integralidade. Ainda, é mister referir que essas nomenclaturas representam campos de disputa que não são neutros, mas atravessados por diferentes ideologias. No entanto, no bojo da chamada Psicologia, no singular, é importante demarcar, de fato, a existência da pluralidade, o que não significa apenas asseverar que a ciência psicológica tem se feito presente nos mais diferentes cenários de cuidado, mas que esteja aberta a descentrar-se de sua herança, comprometida com uma ciência para além do norte global.

A Psicologia tradicional euro-americana, fundamentada na colonização mental, tem produzido conhecimentos que partem de um determinado referencial de mundo, genuinamente branco e contado por aqueles que se saíram vitoriosos no processo de colonização, como bem destacado por Fanon (2008). Assim, trata-se do olhar do colonizador para com o colonizado, o que tem produzido assimetrias e opressões que posicionam, no caso, as comunidades afro-brasileiras como de menor importância, associando a umbanda, por exemplo, a uma religião que é fruto da ignorância, sem tradição, refém da miscigenação, também associada ao negro e que bem reflete o racismo e a intolerância que marcam as relações entre a sociedade brasileira e as religiões de matriz africana.

A perspectiva de uma Psicologia euro-americana tradicional tende a produzir, como efeito, a opressão e a desvalorização dos saberes e práticas negros e africanos, retratando de modo equivocado essas comunidades como, por vezes, “atrasadas” e descompassadas com o desenvolvimento científico, tecnológico e até mesmo ético. Uma ética branca e reprodutora de assimetrias. Para Akbar (2004), os modelos euro-americanos possuem como premissa orientadora a supremacia branca, o olhar individualizante, a competição e a produção de assimetrias e opressões marcadas pelo racismo e pelo sexismo, por exemplo. Assim, ao buscarmos a ruptura com tal paradigma, podemos nos alinhar de modo mais próximo às epistemologias africanas que visam à integração do ser humano por meio da valorização da liberdade, em todos os sentidos já aqui explicitados.

O olhar euro-americano tradicional pode promover um apagamento da identidade étnica de povos e indivíduos. Como afirmado por Nogueira (2019), esse olhar essencialmente branco desconhece seus privilégios e engendra uma relação na qual desumaniza os povos não-brancos, a exemplos dos negros e dos indígenas. Alguns movimentos se operam a partir dessa consideração, tanto em uma tentativa do branco em humanizar aquilo que não é humano, trazendo aos povos colonizados a perspectiva branca de sociedade e de organização social e cultural, como a legitimação da opressão e do genocídio voltados a populações negras e indígenas, quadro este compatível com o contexto brasileiro.

Nos casos abordados por Scorsolini-Comin (2023b), a tentativa de apagamento dessas tradições aparece sobretudo no caso de um cliente que possuía uma origem indígena que não era legitimada pelo seu entorno. Quando este pode, no espaço clínico, recuperar e refletir sobre a sua origem indígena e as determinações dessa herança em sua vida e em seu psiquismo, essa sua ancestralidade passa a ser corporificada de modo mais profundo, contribuindo para a sua congruência, em termos rogerianos. Em

outro caso atendido por Scorsolini-Comin (2023b), processo semelhante pode ser observado no cliente que recusa a sua ancestralidade negra ao tentar se embranquecer por, justamente, não se reconhecer como negro. Esse processo vivenciado pelo cliente pode ser denominado de colonização mental em afrodescendentes (Nogueira, 2019), justamente por normalizar a imposição ideológica de branquitude, o que pode ser destrutivo em termos psíquicos, como destacado por Nobles (2009) e Akbar (2004). Esses aspectos atravessam a clínica e o cuidado por se cravarem no sujeito, gerando relações de opressão que promovem o sofrimento psíquico, assim como também problematizado por Fanon (2008).

A atuação no campo da saúde, e aqui nos referimos especialmente à Psicologia – embora essas reflexões possam ser palatáveis à pesquisa e à prática no campo da saúde mental como um todo – deve ser problematizada em termos desses aspectos, sobretudo quando pensamos também o racismo. Nogueira (2019), ainda que reconhecendo a importância da Resolução nº 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial (CFP, 2002), destaca que tal normativa apresenta recomendações daquilo que não pode ocorrer na prática psicológica, como discriminação, preconceito e emprego de métodos e técnicas psicológicas alinhadas a esses movimentos.

A crítica da autora reside justamente na ausência de recomendações mais propositivas que possam não apenas combater o racismo na prática psicológica, mas também fundamentar ações que se solidifiquem no compromisso de construção de um novo fazer psicológico, alinhado a novos princípios. O desenvolvimento de técnicas que se alinham a esses novos pressupostos é premente, haja vista que a maioria dos instrumentos desenvolvidos para a atuação em Psicologia foram produzidos segundo uma orientação de Psicologia euro-americana (Nogueira, 2019).

Assim, recusarmo-nos a um olhar euro-americano para essas populações – e para a clínica emergente nesse contexto – é uma forma de também recusarmos o olhar do colonizador, que é opressor e que aprisiona as liberdades identitárias, individuais e coletivas. Assim, na clínica etnopsicológica, todo relato individual deve estar comprometido com a escuta de uma coletividade e de uma ancestralidade, a fim de que a pessoa não seja submetida a um processo de culpabilização por seus aspectos intrapsíquicos, mas que essa subjetividade possa ser apreendida dentro de um panorama coletivo e cultural que também se corporifica na história desse sujeito.

Considerações finais

Consoante com os pressupostos de uma Psicologia Africana, a dimensão coletiva faz parte da pessoa, operando uma leitura dessa coletividade e da comunidade de referência em contraponto a uma apreensão mais individualista defendida, inclusive, pela Psicologia euro-americana. Este aspecto dialoga intimamente com a perspectiva etnopsicológica aqui adotada e corporificada no fazer clínico. Recusando a colonialidade do saber – e, conseqüentemente, de um fazer – podemos dar voz, emprestar ouvidos e permitir a fruição a uma perspectiva de quem pode, de fato, narrar a própria história, em um referencial suleado e de resistência.

Por fim, deve-se reconhecer que adotar uma perspectiva afrocentrada não equivale a importar referências, sobretudo as de destaque também no contexto norte-americano, como Nobles (2009), mas de construir epistemologias nativas dentro de nosso cenário de pertencimento, de atuação, de pesquisa e de escuta. É por essa razão que, a exemplo do estudo de Scorsolini-Comin (2023b), em muitos pontos da discussão privilegiamos o resgate do próprio campo como representação de um saber acerca de si mesmo, recusando a interpretação fechada de autores que, por mais que nos orientem, são também

produtos de contextos que nem sempre dialogam consistentemente com as nossas características. Esse desafio se amplia ao apreendermos o *setting* clínico. Na ausência de referenciais que falassem da escuta nesse contexto específico de atuação, optamos por convidar teóricos que abordaram o próprio contexto da consulta na umbanda, como Bairrão (2005) e Macedo (2015), por exemplo.

Além disso, valorizamos, no presente ensaio, a escuta dessa experiência como uma etnoteoria que pode e deve circular, produzindo inteligibilidades alinhadas a um fazer decolonial. O “quê” se pode dizer e o “quem” pode falar, escrever e divulgar, nesse sentido, passam a orientar o modo como esses saberes serão partilhados com a comunidade científica, no contexto dessa produção, por exemplo, mas também devem ser um tensionamento diante da necessidade desse saber decolonial romper com as bordas impostas por um determinado gênero textual, no caso, o artigo, ganhando corpo nos espaços e por entre os diversos interlocutores evocados e convocados nessa discussão.

Como afirmado por Nascimento e Finch III (2009), a construção de uma ciência afrocentrada no Ocidente é um ato de resistência. Consideramos que os esforços analíticos aqui compartilhados mostram-se orientados à valorização dessa África e sua diáspora na busca por um conhecimento não apenas afrocentrado, mas que, fundamentalmente, possa se comprometer com o combate à opressão e ao sofrimento psíquico derivados desse movimento, reconhecendo na luta pela liberdade e na busca pela congruência um caminhar em direção a uma saúde e a um cuidado verdadeiramente humanizados. Para além das disputas entre as diferentes nomenclaturas, bastante comuns em todo o universo científico, é mister considerar que a Psicologia, ainda que seja nomeada no singular, carrega pluralidades que devem ser cotejadas não apenas no sentido da apreciação da diversidade e da multiculturalidade, mas na possibilidade de esses elementos costurarem um fazer alinhado aos saberes tradicionais, no respeito às diferentes comunidades, no engajamento na luta antirracista, na escuta aos diversos territórios e suas religiosidades, em uma escuta capaz de acolher genuinamente o outro e sua alteridade.

Referências

- AKBAR, Na'im. *Akbar papers in African Psychology*. Tallahassee: Mind Productions & Associates, 2004.
- BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. A escuta participante como procedimento de pesquisa do sagrado enunciante. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 10, n. 3, p. 441-446, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300013>
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 018/2002 - Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial*. Brasília: CFP, 2002. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF >. Acesso em: 12 fev. 2024.
- DOMINGUES, Eliane; BINKOWSKI, Gabriel I. Contribuições da etnopsicologia para o campo da saúde. In: SCORSOLINI-COMIN, Fabio; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques (orgs.). *Etnopsicologia e Saúde*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 55-78.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. R. Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523212148>
- GAIA, Ronan Silva Parreira; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A afrocentricidade como perspectiva epistemológica no contexto brasileiro. *Revista África e Africanidades*, São Paulo, n. 34, p. 1-14, 2020.

LEBEAUF, Ireon; SMABY, Marlowe; MADDUX, Cleborne. Adapting counseling skills for multicultural and diverse clients. In: WALZ, Garry R.; BLEUER, Jeanne. C.; YEP, Richard K. (eds.). *Compelling counseling interventions*: VISTAS 2009. Alexandria: American Counseling Association, 2009. p. 33-42.

MACEDO, Alice Costa. *Encruzilhadas da interpretação na umbanda*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-30032016-144127/pt-br.php>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MBITI, John S. *African religion and Philosophy*. New York: Anchor Books, 1970.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; FINCH III, Charles S. Abordagem afrocentrada, história e evolução. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentralidade: uma epistemologia inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 33-70.

NOBLES, Wade W. *Seeking the Sakhu - foundational writings for an African Psychology*. Chicago: Third Word Press, 2009.

NOGUEIRA, Simone Gibran. *Libertação, descolonização e africanização da Psicologia: breve introdução à psicologia africana*. São Carlos: EDUFSCar, 2019.

NOGUEIRA, Simone Gibran; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia Africana: diálogos com o sul global. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 197-218, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22456/2448-3923.66828>

PAVÓN-CUÉLLAR, D. Rumo a uma descolonização da psicologia latino-americana: condição pós-colonial, virada decolonial e luta anticolonial. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 95-127, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.182217>

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. Por uma psicoterapia inspirada na sabedoria iorubá. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. *Na fronteira da Psicologia com os saberes tradicionais: práticas e técnicas*. v. 2. Coleção Psicologia, Laicidade e as Relações com a Religião e a Espiritualidade. São Paulo: CRP-SP, 2016. p. 149-155.

ROGERS, Carl R. *Psicoterapia e consulta psicológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Quem abre os caminhos na clínica etnopsicológica?. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, Maringá, v. 45, p. e68803, 2023 (a). DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v45i3.68803>.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. *O divã de alfazema: ensaio sobre a clínica etnopsicológica*. São Paulo: Ambigrama, 2023 (b).

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Elementos do aconselhamento multicultural aplicados à psicoterapia em contexto etnopsicológico. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 587-607, 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2015.17660>

SEVALHO, Gil; DIAS, João Vinícius dos Santos. Frantz Fanon, descolonização e o saber em saúde mental: contribuições para a saúde coletiva brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 937-946, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202273.42612020>

SOUZA, Laura Vilela; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Counselling psychology practice in Latin America. *Counselling and Psychotherapy Research*, v. 22, n. 4, p. 839-843, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1002/capr.12563>

RECEBIDO: 12/02/2024
APROVADO: 27/04/2024

RECEIVED: 02/12/2024
APPROVED: 04/27/2024